

---

# **Educação e Inclusão Social: os vários nós de uma teia**

Josélia Schwanka Salomé

Doutora em Artes - UNICAMP

Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação - Universidade Tuiuti do Paraná

---

---

## Resumo

Este texto discute as relações entre as políticas públicas para a educação e o processo de in(ex)clusão social. A educação escolar precisa ser compreendida enquanto um processo presente em uma sociedade, refletindo, reforçando e reproduzindo a realidade, que na sociedade atual aparece radicada na exploração do homem pelo homem, na alienação da força de trabalho e dos seus produtos. Nas condições da educação enquanto atividade contraditória é importante analisar criticamente a realidade existente e reelaborá-la para que possa vir a servir de instrumento de transformação da realidade.

**Palavras-chave:** educação, políticas educacionais, inclusão social.

## Abstract

This text discusses the relations between the education public politics and the process of social in(ex)clusion. The scholar education has to be understood as a process in a society, thinking, reinforcing and reproducing the reality, that is rooted in men exploiting men, alienation of the labor force and it's products. Under the conditions of education as a contradictory activity, is important to critically analyse the existing reality and rework it so that might be an instrument of changing the reality.

**Keywords:** education, educational politics, social inclusion.

---

---

## Introdução

Discutir a formação de professores sob a ótica das políticas públicas requer um esforço de se compreender as relações existentes entre educação, trabalho, política e sociedade. As práticas educativas são afetadas pelas leis gerais que regulamentam a educação e a busca por aclarar os seus ditames deve ser uma constante dos educadores comprometidos com os rumos da escola.

Diante da diversidade cultural brasileira a escola se vê frente à necessidade de trabalhar os processos de inclusão social e cultural voltados a possibilitar o acesso a educação para todos de forma igualitária. A inclusão social e cultural relaciona-se com cidadania, ou seja, a participação como cidadãos na sociedade, portadores dos mesmos direitos e deveres e as ações desenvolvidas no âmbito da escola necessitam ser voltadas a capacidade do aluno vencer os seus obstáculos e buscar a sua inclusão como cidadãos.

É fato que a educação tem historicamente se confrontado com a visão capitalista presente no

---

processo de industrialização que transforma tudo, inclusive o nosso cotidiano, numa produção proveniente de uma ação repetitiva e desumanizada. Percebemos uma falta de interesse numa mudança significativa das estruturas de base por parte de uma parcela da população que detém a hegemonia econômica e neste contexto, a educação se vê de mãos atadas.

Nesses mais de quinhentos anos de história do Brasil, as relações de poder vêm reforçando a hegemonia de uma classe cuja dominação tem o consentimento dos agentes hegemônicos e muitas vezes o das classes dominadas que percebem nestas políticas a oportunidade de acesso à educação dita 'de qualidade'.

São estas relações que devem ser constantemente analisadas e discutidas na busca pela democratização do acesso ao saber elaborado e a diminuição das desigualdades de oportunidades.

No percurso histórico a escola no Brasil abriu aos poucos as suas portas ao restante da população, como nos apresentam Monlevade e Silva, (2000, p.15) "de 1834 a 1934, assiste-se no Brasil a uma lenta, mas contínua democratização do acesso à escola pública básica nas redes estaduais e aqui e ali, nas municipais." A partir de então, o Estado assume a função de gerenciar a educação e passa a atuar em função de uma classe economicamente hegemônica, que por

vezes é a dos banqueiros, em outros momentos a dos industriais. Ao se tratar da educação enquanto dever do Estado, esta surge como um instrumento a serviço da elite, voltada a preservar a hierarquia social, onde "O Estado Capitalista é um tipo de Estado criado pela burguesia para reproduzir na sua estrutura e funcionamento as características das relações sociais e econômicas que constituem o modo de produção capitalista." (Bianchetti, 2001, p.78).

Com isso é reforçada a desigualdade através do fracasso escolar, privilegiando os alunos que provêm de setores mais afortunados e discriminando os que provêm das camadas mais populares. E esta lógica se faz presente nas políticas públicas para a educação que, por terem cunho liberal, percebem as desigualdades sociais como consequências naturais advindas da 'sorte' do indivíduo de nascer ou não numa família abastada, bem como das oportunidades que naturalmente se lhe apresentam mediante o seu esforço.

Fazendo a crítica a esta postura liberal de educação e fortalecendo o que se está afirmando anteriormente, Sanfelice (2000, p. 153) acrescenta que

*No que diz respeito aos indivíduos, também a desigualdade natural entre eles é pressuposto fundamental, necessário para que haja entre eles um equilíbrio e complementação de função, uma vez que cada um possui capacidades naturais que lhe permite*

*desenvolver-se auxiliado por doses de instinto, somadas a sua racionalidade, vontade e desejos.*

O sucesso e o fracasso dentro desta visão estão associados a uma naturalização das diferenças individuais, o que é desleal em se tratando de mercado de trabalho, pois as políticas públicas vão se curvar às pressões advindas dos grupos hegemônicos, privilegiando e favorecendo a estes grupos em detrimento de outros.

Um exemplo destas políticas que contribuem para aumentar o abismo existente entre os grupos é a política de mercadorização da educação. Trata-se de uma lógica do mercado que adentra os portões das instituições de ensino, tratando a educação como um bem econômico subordinado às leis da oferta e da procura. Esta lógica é vista cotidianamente, reforçando o sucateamento da escola pública e a necessidade premente da privatização deste setor, fortalecendo o ideário neoliberal que nas palavras de Gentilli(1995, p. 230):

*[...] só consegue impor suas políticas antidemocráticas na medida em que consegue desintegrar culturalmente a possibilidade mesma de existência do direito à educação (como direito social) e de um aparato institucional que tenda a garantir a concretização de tal direito: a escola pública.*

Ao delegar ao setor privado a incumbência de algumas de suas atribuições, dentre elas a de prover a educação básica, o Estado se exime de parte das suas funções que são, segundo o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, um dever do Estado e um direito do cidadão. Cabe ressaltar que a destinação das verbas públicas para a educação está vinculada aos interesses da escola privada transferindo os recursos federais para o setor privado.

A educação precisa ser compreendida enquanto um processo presente em uma sociedade que reflete, reforça e reproduz a realidade de uma sociedade radicada na exploração do homem pelo homem e na alienação da força de trabalho e dos seus produtos. Nas condições da educação enquanto atividade contraditória é importante analisar criticamente a realidade existente e reelaborá-la para que possa vir a servir de instrumento de transformação da realidade. E aqui se assume o sentido da proposição de Marx de que, mais do que interpretar o mundo cabe ao homem transformá-lo.

Têm-se assim que a educação é um dos fatores responsáveis por operar essa transformação no homem, que num primeiro momento se dá no próprio homem a partir da assimilação dos saberes objetivos produzidos historicamente, como ressalta Saviani (2003, p.7):

*Isso porque o homem não se faz homem naturalmente.; ele não nasce sabendo ser homem, vale dizer, ele não nasce sabendo sentir, pensar, avaliar, agir. Para saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou avaliar é preciso aprender, o que implica o trabalho educativo. Assim, o saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo.*

A ideia de educação, vinculada aos interesses políticos e econômicos de uma minoria que historicamente detém a hegemonia, é que faz fundamental a contextualização histórica, política e social para uma melhor compreensão da organização escolar brasileira, haja vista que esta é um dos elementos de superestrutura que forma a estrutura social não podendo desta maneira ser estudada isoladamente.

Os interesses transformam o conhecimento em mercadoria sob o discurso de ser este o bem a ser alcançado e que abrirá as portas do ‘paraíso capitalista’. É uma lógica que prevê a necessidade de o indivíduo buscar o conhecimento ao longo da sua vida para inserir-se na chamada ‘sociedade do conhecimento’.

A sociedade do conhecimento “é uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo.”, cujo objetivo é provocar uma ilusão de que uma nova sociedade está se formando pautada, entre outros fatos, na acessibilidade do conhecimento a todos

através dos meios tecnológicos e de comunicação, “no apelo à consciência dos indivíduos, seja por meio das palavras, seja por meio dos bons exemplos dados por outros indivíduos ou por comunidades.” (Duarte, 2003, p. 15).

Desta maneira, o indivíduo sente-se compelido a fazer parte da lógica da globalização. Compra-se e vende-se conhecimento como se negocia uma mercadoria qualquer adotando a visão da concorrência no mercado, onde o fundamental é eficiência e a produtividade na educação. Com isso, perde-se a dimensão do mundo do trabalho, e o que parece importar é preparar para a competição do mercado de trabalho.

Entender a educação “tal como ela se manifesta no presente, mas entendida essa manifestação presente como resultado de um longo processo de transformação social.” (Saviani, 2003, p.93), leva-nos a analisar este processo que sofre as consequências da chamada pós-modernidade onde o homem, enquanto sujeito histórico busca na praticidade das relações uma forma de atender aos seus interesses pessoais, agindo prática e objetivamente, exercendo as atividades visando os seus interesses.

No capitalismo, a sociedade é regida pelas leis do mercado e os valores humanos são deixados de lado em troca dos interesses econômicos. Nessa busca, o

crescimento do individualismo é fruto dessa corrida desesperada por acompanhar o ritmo que se impõe à sociedade.

A Indústria Cultural parece como uma das causas desse individualismo quando se torna um meio de manipulação das pessoas, tendo como intenção real ditar valores para a sociedade proporcionando ao homem necessidades, não as básicas de alimentação, moradia, educação, mas as de consumir incessantemente os produtos que estão na mídia.

## Os frutos da história: a realidade presente

*A superação da barbárie, da ignomínia no mundo depende muito da política e da administração das grandes organizações internacionais que detém a hegemonia mundial e planetária. Porém, não só. Urge pensar as possibilidades para teorizar a superação e construir uma nova realidade mais humana. (Ferreira, 2001, p.314).*

No contexto histórico do Brasil, temos presente algumas crises no modelo do capitalismo que estabelecem novos modelos de dominação e restabelecimento da hegemonia pela classe dominante. Presentes também na educação, estas crises trazem consigo modelos que devem ser seguidos pela escola.

No final do século XX,

*O ideário neoliberal, sob as categorias da qualidade total, formação abstrata e polivalente, flexibilidade, participação, autonomia e descentralização está impondo uma atomização e fragmentação do sistema educacional e do processo de conhecimento escolar. (Frigotto, 2001, p.79)*

As mudanças aqui apresentadas não significam necessariamente que o mercado vai deixar de regular os interesses e as relações sociais, nem que as desigualdades sociais, a exploração e a submissão vão desaparecer. Ao contrário, as mudanças ocorridas no ideário neoliberal citadas por Frigotto, trazem consigo a naturalização destas desigualdades e do processo de exclusão decorrente destas.

E esta visão dentro da educação, reforça a tese já discutida de educação enquanto uma propriedade de direito às minorias, “[...] direito a possuí-la materialmente; direito a usá-la e desfrutá-la; direito a excluir outros de seu usufruto; direito de vendê-la ou aliá-la no mercado; e direito de possuí-la como fator gerador de renda.” (Gentili, 1995, p.243)

Estes fatos se fazem presentes na organização social brasileira, desde os primórdios de nossa história da educação, constituindo-se por diferentes formas de subordinação e dominação.

É urgente pensar nas contradições presentes na sociedade e preocupar-se com uma educação voltada para diminuir as desigualdades presentes na sociedade.

Como afirma Alencar (2001, p. 54) “Na educação brasileira, ao longo dos séculos, não houve busca. Ocorreu adestramento da elite para a reprodução da injusta ordem social”, onde percebemos claramente que as políticas públicas resultam de uma complexa trama, delineada pelos interesses de uma classe dominante em detrimento aos interesses de uma classe dominada e submissa.

Reforçando a ideia de que as políticas públicas geram e são geradas a partir de interesses individuais ou de pequenos grupos, temos nesta primeira década do século XXI, alguns atores, algumas temáticas reiterativas e um percurso ideológico que convivem, geram conflitos e em alguns momentos adquirem hegemonia no poder. Entre os atores definidores das políticas educacionais para o Brasil, temos o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Igreja Católica, as elites dominantes<sup>1</sup> além do governo.

Outros atores fazem a crítica ao modelo existente e estão mais ligados à sociedade, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e as Associações dos Professores, para citarmos alguns exemplos, que nascem do Estado pela ausência deste em determinados momentos, onde “O Estado, por sua omissão ou por suas políticas anti-democráticas tem sido o verdadeiro impulsionador

dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que pode funcionar como elemento de contenção desses movimentos.” (Cunha, 1991, p.65).

O Estado, por mais que se constitua como mediador dos conflitos entre as classes das quais esses atores fazem parte, vêm se caracterizando por representar as classes hegemônicas que detém o poderio econômico e esse fato é visível e presente na história do Brasil, onde, desde a colonização passamos por um processo de dominação e aculturação, sendo a educação destinada às elites que constituíram o Brasil um país de analfabetos.

E os agentes hegemônicos nada mais fazem do que se prevalecer da sua autoridade enquanto determinadores das leis e financiamento, cabendo às classes dominadas arriscarem tentativas almejando os bens da elite, consentindo em que estas continuem no ‘poder’ ditando regras e normas que muitas vezes estão distanciadas das demandas internas da população.

Essa lógica leva a perceber a existência de um governo que podemos chamar de governo mundial composto pelo FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo BM (Banco Mundial), detentores do poder de intervenção sobre os demais países no que concerne à formulação e gerenciamento de políticas para a educação.

1 Onde as associações de empresários e interesses externos, são alguns dos exemplos de quem, em determinados momentos, detém a hegemonia.



Segundo Silva (2002, p.63), foi elaborado, em 1962, o documento de política setorial denominado *Memoranda* e, em 1963, *Memorandum*, em que o Banco Mundial assumia como prioridade o financiamento de parte dos projetos do setor educacional.” e estes organismos internacionais, mais especificamente o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, intervêm na economia dos países da América Latina atualmente e determinam as políticas públicas.

E com maior ou menor poder de voto e veto estas políticas de financiamento para o Brasil têm certo grau de anuência do governo brasileiro, com a possibilidade de levar o país para processos de subalternidade, também pelo distanciamento entre o ‘querer do Estado’ e o ‘querer da comunidade’, o que muitas vezes gera um grande abismo.

E dentro desta perspectiva, os direitos sociais de saúde, educação, alimentação, entre outros, tornam-se mercadorias, com o Estado restringindo o setor público e fortalecendo o setor privado.

Os argumentos para tais fatos nem sempre são os mesmos, mas vão construindo uma teoria a favor da privatização. Uma teoria cujo fundamento é ideológico e o fato de o governo possuir argumentos a partir de referências externas do país vão criando a condição de atrelar as teses do Estado Mínimo, descentralizado, aos argumentos em prol da privatização.

*O imperativo que o discurso neoliberal instituiu, deslocando o eixo da lógica do Estado para a lógica do mercado, sustenta as teses de um Estado mínimo e coloca a própria sociedade civil mergulhada na concorrência do poder econômico, de tal forma que a aparente ausência do Estado coloca a todos numa disputa individualista pela sobrevivência. O Estado, minimizado para as políticas sociais e obviamente não para os interesses do capital, repassa aos usuários os custos das políticas sociais. (Sanfelice, 2003, p.165).*

Assim, os direitos sociais são transformados em mercadorias e o Estado restringindo o setor público visando o fortalecimento do setor privado, transfere algumas das suas responsabilidades para a sociedade civil.

A descentralização é também recorrente na história das políticas públicas no Brasil. Já pelo Ato Adicional de 1834, a descentralização, onde a educação primária tornou-se dever das províncias era a garantia da instrução primária gratuita que ela dava aos brasileiros.

Esta política ficou bastante evidente em vários setores, como por exemplo, no projeto de governo de Fernando Henrique Cardoso no qual a área da educação era tida como “o setor de serviços não exclusivos, os quais o Estado provê, mas que, como não envolvem o exercício do poder extroverso do Estado, podem ser também oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não estatal (não governamental).” (Dourado, 2002, p.2).

O privatismo tem se tornado uma característica marcante na administração federal da educação e percebe-se que alguns temas são reiterantes ao longo da política educacional brasileira, onde o tema ‘público x privado’ é um deles.

Nesta perspectiva neoliberal, o que chama a atenção é a crescente banalização da miséria, um conformismo, um fatalismo, que leva as pessoas a naturalizar os processos de exclusão social.

Na educação esta exclusão é reforçada através de políticas dos organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Fundo Monetário Internacional), quando estes não preveem políticas de expansão de oportunidades que garantam o acesso à educação básica de qualidade e para todos.

O ingresso do capital financeiro externo, associado à convivência dos governos locais e das elites dominantes, leva a uma inversão de valores, onde o setor privado sobrepõe-se ao público gerando uma ampliação deste, neste caso, no campo educacional, onde isso se reflete na educação básica e no ensino superior com a crescente privatização deste setor no país.

Reforçando esta tese Cunha (1991, p.266) afirma que:

*O clientelismo, tutela e assistencialismo foram os três vetores da administração educacional da Nova República, que nesse aspecto só se distinguem dos governos militares por juntar-lhes uma*

*bombástica retórica (“tudo pelo social”) e pela prática de cooptação dos dissidentes, bem como pela preocupação em não poupar recursos na troca de ‘benefícios’ governamentais por apoio político.*

Estas práticas são os grandes vetores que explicam o que acontece na política educacional como um todo. A norma da ‘troca de favores’, define a política da privatização da educação e a transferência de recursos federais para o setor privado. Essa é, de fato, a direção que a política educacional a partir dos anos 80, vem assumindo. O ingresso do capital financeiro controlando a educação e os privilégios dados ao setor privado constituem-se nos mecanismos para se conseguir o apoio governamental.

O capital financeiro controlando a educação faz parte das políticas educacionais do Banco Mundial, que preveem a competitividade, levando a uma associação entre educação e mercado gerando uma mercantilização do ensino, uma mercadorização do saber.

O acesso à educação enquanto direito e dever, não significa o mesmo tipo de escolarização para todos no que concerne às diferenças estruturais entre o ensino público e o privado.

E desta maneira, a escola pública vai sendo cada vez mais sucateada e a escola privada, por sua vez, vai sendo fortalecida pelas políticas públicas. A visão mercantil trazida para a educação tem embutido o conceito de

educação enquanto mercadoria de troca, máxima do Liberalismo Econômico, retomada nos anos 70, que se desenvolve nos anos 80, sedimenta-se nos anos 90 e se transforma em ‘razão pública’ neste século.

Faz-se mister ressaltar que os movimentos sociais têm um papel fundamental nesta questão enquanto sujeitos que podem condicionar as políticas educacionais através de pressões exercidas sobre o Estado. As políticas só acontecem na tensão entre Estado e sociedade, como quando os movimentos sociais fazem o Governo se sentir obrigado a levar uma escola para onde a população solicitar, por exemplo.

Assim, percebe-se que há uma recorrência nas temáticas que movimentam as políticas públicas, ou seja, temos novos sujeitos, novas acomodações, novos interesses e uma destinação dos recursos públicos sendo discutidos em função dos interesses da escola privada.

Apesar das reformas educacionais pela qual a escola já passou não se registraram grandes mudanças, pois as intervenções dos organismos internacionais aliados aos interesses internos, não permitem que tais mudanças se concretizem.

De fato,

*[...] os governos federais e as elites dirigentes locais construíram uma política de consentimento, ou seja, de anuência às prescrições políticas externas, apostando na competitividade internacional desigual, uma estratégia à qual se subordinariam o modelo nacional-*

*desenvolvimentista. Aproveitando a contingência, o governo federal, parte dos estaduais e as elites conservadoras imprimiram políticas macroeconômicas para a educação básica pública, subordinando-a ao mercado e, ao mesmo tempo, conclamavam os cidadãos, através da mídia, a defendê-la nos mesmos moldes e a legitimá-la como necessária. (Silva, 2002, p.130).*

É fato que o neoliberalismo tornou-se uma razão pública com a ideologia desenvolvimentista e mercadológica, fortalecendo a hegemonia das classes que, historicamente estão associadas à condição de domínio e exercício do poder, onde esta visão neoliberal abre caminhos para que novas intervenções de organismos internacionais se façam presentes no Brasil.

## Considerações Finais

E desta maneira, a escola pública vai sendo cada vez mais sucateada e a escola privada, por sua vez, vai transformando a educação em mercadoria máxima da política neoliberal instaurada no país. “[...] as políticas neoliberais constituem a tragédia do nosso tempo. Onde for que elas se instaurem, surge ou cresce a miséria, a degradação econômica, a desesperança, a apatia e o desespero.” (Malagutti, 2002, p.8)

Este questionamento volta ao início desta discussão sobre a necessidade de pensarmos práticas de ensino e aprendizagem voltadas a inclusão social dos

alunos. Práticas que desenvolvam no aluno um olhar crítico sobre a realidade que os cerca, possibilitando a sua ação no momento histórico.

Sendo assim, a escola deve perceber a importância de se trabalhar o conhecimento entendido aqui como o “processo que possibilita dominar a natureza, transformá-la, adaptá-la às suas necessidades.” (Vieira Pinto, 1979, p.13), prevendo a formação do sujeito crítico, presente, onde o homem enquanto ser histórico, conhece a realidade concreta e nela interfere.

Apesar de o quadro parecer desanimador, muitos educadores vêm lutando para alterar essa realidade, através de congressos, seminários e simpósios onde

se discute a educação e o papel da escola na sociedade contemporânea.

Considerando a sociedade na sua dinâmica e contradições, portanto em transformação, trata-se de perceber a educação também dentro destas determinações e a transformação se dará na medida em que todos dominarem os instrumentos e os saberes necessários para a compreensão e a leitura do mundo e da sociedade na qual estão inseridos e este processo se dará invariavelmente pela escola enquanto local de transmissão do saber sistematizado na busca por superar a condição de alienação e dominação que o capitalismo impõe.

## Referências

- ALENCAR, Chico. Educação no Brasil: um breve olhar sobre o nosso lugar. IN: GENTILLI, Pablo, ALENCAR, Chico. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- BIANCHETTI, R.C. *Modelo neoliberal e políticas educacionais*. – 3. ed. – São Paulo : Cortez, 2001.
- CUNHA, Luiz. Antonio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo : Cortez; Niterói, RJ : Editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília, DF : Flacso do Brasil, 1991.
- DUARTE, Newton. *Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios críticos-dialéticos em filosofia da educação*. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.
- FERREIRA, Naura. S. C. Gestão democrática da educação: ressignificando conceitos e possibilidades. IN: FERREIRA, Naura et al. (orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. – 5. ed. – São Paulo : Cortez, 2001.
- GENTILI, Pablo. *Pedagogia da exclusão: o neoliberalismo e a crise da escola pública*. / Michael W. Apple, et al.; Pablo Gentili (org.) – Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. et al. (orgs.). *Neoliberalismo: a tragédia do nosso tempo*. / 3. ed. - São Paulo: Cortez, 2002.
- MONLEVADE, João A., SILVA, Maria A. *Quem manda na educação no Brasil?* Brasília: Idea, 2000.
- SANFELICE, José. L. O modelo econômico, educação, trabalho e deficiência. In: LOMBARDI, J. C. (org.) *Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais*. – 2. ed. – Campinas, SP : Autores Associados: HISTEDBR; Caçador, SC: UnC, 2000.
- \_\_\_\_\_. Estado e política educacional. In: LOMBARDI, J. C. (org.). *Temas de pesquisa em educação*. Campinas, SP: Autores Associados; 2003; HISTEDBR; Caçador, SC : UnC, 2003.
- SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações*. / 8. ed.. revisada e ampliada – Campinas, SP : Autores Associados, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 14. ed.- Campinas, SP : Autores Associados, 2002.
- SILVA, Maria A. da. *Intervenção e consentimento. A política do Banco Mundial*. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo : FAPESP, 2002.
- VIEIRA PINTO, Álvaro. *Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.